

**ESPAÇO: DAS NOÇÕES À PRÁXIS AUTÔNOMA COTIDIANA****SPACE: FROM NOTIONS TO DAILY AUTONOMOUS PRAXIS****ESPACIO: DE LOS CONCEPTOS A LA PRAXIS AUTONOMA COTIDIANA****Jadson Albuquerque dos Santos**Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia,  
Brasil[albuquerquejon@gmail.com](mailto:albuquerquejon@gmail.com)**RESUMO**

O presente ensaio busca evidenciar a importância que o espaço tem e assume como possibilidade de práticas sociais e espaciais que têm em seu cerne uma *práxis* autônoma, que acontece e (re)produz nos/os lugares. De antemão, o espaço é admitido como indissociável da sociedade e juntamente com esta estão em pleno movimento, em evolução, num processo contínuo de *vir a ser*, e que em momentos diferenciados é possível identificá-lo. Para tanto, toma-se alguns fundamentos epistemológicos da Geografia, a fim de auxiliarem na aproximação de um espaço como *possibilidade* de autonomia às práticas espaciais e sociais dos grupos sócio-territoriais.

**Palavras-chave:** Espaço; Práxis; Autonomia; Cotidiano; Lugar.

**ABSTRACT**

The present essay seeks to highlight the importance that space has and assumes as a possibility of social and spatial practices that have at their core an autonomous praxis that takes place and simultaneously (re)produces places and in places. Beforehand, space is admitted as inseparable from society and together with it are in continuous motion, evolving, in a continuous process of *becoming*, and that in different moments it is possible to identify. Therefore, some epistemological foundations of Geography are taken, in service of bringing together space as a *possibility* of autonomy with the spatial and social practices of socio-territorial groups.

**Keywords:** Space; Praxis; Autonomy; Daily; Place.

**RESUMEN**

El presente ensayo busca evidenciar la importancia que el espacio tiene y la posibilidad que asume de las practicas sociales y espaciales que tienen como base una praxis autónoma, lo que sucede y (re)produce en los/nuestros lugares. De antemano, el espacio es admitido como indisoluble de la sociedad y conjuntamente con ella está en pleno movimiento, en evolución, en proceso continuo de *llegar a ser*, lo que en momentos diferenciados es posible identificar. Por lo tanto, se retoman algunos fundamentos epistemológicos de la Geografía, con el fin de ayudar al análisis del espacio como una *posibilidad* de autonomía de las prácticas sociales y espaciales de los grupos socio-territoriales.

**Palabras clave:** Espacio; Praxis; Autonomía; Cotidiana; Lugar.

**INTRODUÇÃO**

É consenso entre a maioria dos geógrafos que o espaço é, por excelência, a categoria matriz da ciência geográfica. Entretanto, isto não torna uma tarefa fácil analisá-lo e compreendê-lo mesmo neste momento (sobretudo no momento atual em face da

complexificação dos processos hegemônicos totalizantes em escala mundial, a globalização em sua fase contemporânea é um bom exemplo) ainda há esforços quanto ao seu entendimento, ou seja, não é uma tarefa acabada e é bom que não seja. É uma categoria que dentro da própria Geografia passa por diferentes conceituações e, por assim dizer, com momentos de “altos” e “baixos” na preferência analítico-interpretativa dos fenômenos daqueles que dela fazem seu campo de conhecimento maior na busca de compreender a realidade.

Nesse sentido, penso ser necessário dizer que a Geografia da qual se trata aqui é plural e não tem no espaço sua prisão, isto é, não está enclausurada ao espaço, entretanto é considerado seu dado central, constitutivo, sobre o qual esta ciência se debruça e constrói (constantemente) seu arcabouço interpretativo.

No presente ensaio não enveredarei na árdua empreitada de trazer a luz ao entendimento do leitor e da leitora a profunda discussão interpretativa sobre espaço na Geografia, em maior parte pelo amplo comprometimento e amadurecimento teórico-conceitual que a tarefa exige e, em menor proporção, ao objetivo e limite deste ensaio; ao invés, farei uma opção interpretativa sobre a categoria em tela que, de forma geral, expressa melhor o espaço como parte de um processo complexo de transformação e uso da natureza e do próprio homem (sociedade) em construção contínua, e me ocuparei em tentar compreender a maneira pela qual o espaço ganha centralidade no intermédio das relações sociais (o social de forma ampla compreendendo a relação entre os homens e com as instituições, estas investidas de poder) e de como o espaço pode *possibilitar*, a través da *práxis*<sup>1</sup> dos grupos sócio-territoriais<sup>2</sup>, elemento importante no tocante à autonomia dos grupos e de suas ações. Isto leva, conseqüentemente, a reafirmar a (crescente) importância do espaço em sentido amplo, tanto a categoria em si, que conseqüentemente pode ser trabalhada por outras ciências, quanto, em especial, para a ciência geográfica. Cabe aqui destacar que o espaço não é, por excelência, o protagonista-mor, a via única pela qual é possível a autonomia do *ser* e *bem-estar* do homem, entretanto é no espaço (geográfico, portanto) que se desenrola as ações dos grupos sociais (e a reprodução da própria sociedade) com suas (inter)relações e, por

---

<sup>1</sup> A *práxis* é entendida aqui, essencialmente, como a própria ação política, ou seja, “orientada para influenciar ou transformar as relações de poder” (SOUZA, 2013, p. 250). Entendo que a *práxis* é ação investida de determinado sentido preenchido por demandas de um grupo social com intencionalidades específicas, ideias (muitas vezes reivindicativas), propostas, sonhos etc., que se referem à reprodução material e simbólica do grupo.

<sup>2</sup> Estou chamando “sócio-territoriais” os grupos sociais por entender que estes se constituem e se reproduzem não sem vínculo à um espaço no qual imprimem relações de dominação que garantam sua reprodução material e expressões de sua cultura.

consequência, são estas que o animam oportunizando sua produção e apropriação por parte da coletividade da qual nos referimos. Em outras palavras “uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade”<sup>3</sup> (CORRÊA, 2012, p. 26); não há, portanto, como falar em sociedade separada do espaço (CORRÊA, 2012).

Para tanto me valerei para esta análise de bibliografia que trata sobre o tema, na qual busco fundamento sobre a referente análise da qual o espaço é ponto central. Assim sendo, procedo fazendo uma aproximação teórica interpretativa a respeito de espaço para, em seguida, tratá-lo como possibilidade de construção de uma *práxis* autônoma das práticas espaciais e sociais que se desenrolam no cotidiano dos lugares.

### **ESPAÇO E SOCIEDADE: DO MOVIMENTO À INDEFINIÇÃO**

Ao pensar sobre espaço alguns questionamentos me apareceram, tais como: o espaço é visível ou invisível? Tangível ou imaterial? Do que é formado e qual o porquê de sua importância para a análise da sociedade? Tais questionamentos, tomados de forma isolada, sem dúvida, não são os mais importantes a serem feitos por um geógrafo, nem são as respostas as mais importantes ao entendimento. Entretanto são perguntas que neste momento estão ao redor de um esforço de entender o que é o espaço e talvez ajude, por mais triviais e ao mesmo tempo elementares, que estes possam parecer, a aproximação de uma compreensão, como se fossem o primeiro e necessário passo em uma caminhada.

A existência de algo necessita de um espaço primário, ou seja, uma unidade espacial. Isto diz que *estar* em algum lugar (espaço, portanto para a Geografia) é condição *a priori* da existência; tudo existe em determinado espaço. O espaço aqui assume centralidade quase como um condicionante da existência de qualquer coisa, de (inter)relações e situações, contudo não o é totalmente condicionante porque ele (o espaço) é, ao mesmo tempo, condicionado pela própria sociedade e das relações sociais é preenchido de *ser*. Isto é, não existe este ou aquele espaço que não seja em certo grau “tocado” pela consciência e pelas intencionalidades do homem. O espaço *é*, deste modo, social, fundamentalmente, composto de elementos visíveis e fatores invisíveis que fazem sentido em um determinado tempo.

O espaço não se limita, portanto, a área ou uma soma de áreas, nem ao menos a ligação entre dois ou mais pontos na superfície terrestre, entretanto nos remete à relação de

---

<sup>3</sup> Corrêa (2012) sobre a conceituação de Santos (1977) no tocante a formação sócio-espacial ou, simplesmente, formação espacial.

coisas visíveis e fatores invisíveis, sendo o entendimento desta relação mais importante do que propriamente a de um espaço visível ou invisível, material ou imaterial, por exemplo. Em verdade, o espaço possui uma expressão material que, a seu tempo, possui elementos naturais ou já trabalhados (sociais e históricos). A respeito desta perspectiva, David Harvey o denomina de espaço absoluto, que é fixo e “nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui” (HARVEY, 2012, p. 10).

A “coisa” visível é a forma em primeira instância, que contém, ou já conteve em algum momento de sua existência, conteúdo; é, portanto, o objeto geográfico. Nas palavras de Santos (1988): “a forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, a estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social” (p. 13). Voltando-se ao conteúdo e aos processos que dão a este, gênese ou fim (entendo o conteúdo e seus processos como inseparáveis) remete-se, pois, aos fatores invisíveis que, por sua vez, estão em constante mudança, o que leva ao entendimento de uma sociedade e de um espaço igualmente em movimento, em evolução.

Levando em conta cada pedaço do espaço em particular, muitos fatores de sua evolução não são perceptíveis imediatamente, nem diretamente. O papel de explicação cabe, freqüentemente, ao que não é imediatamente sensível, ou seja, aos fatores "invisíveis". As formas modernas de acumulação do capital, as relações sociais cada vez mais complexas e mundializadas e tantas outras realidades que não se podem perceber sem um esforço de abstração [...] (SANTOS, 1988, p. 14)

Desse modo, os fatores invisíveis exercerão aqui um papel mais importante do que, propriamente, os objetos geográficos em um espaço do qual estou tentando aproximação e exigirá, como o próprio autor afirmou, esforço de abstração para entender a concretude da realidade, das relações sociais e tantos outros fenômenos que aqui se constituem como dados importantes para a análise. É por meio do processo de abstração que o espaço se apresenta e nos permite analisar a realidade social com seus fenômenos e ao mesmo tempo permite sua própria existência e análise.

O espaço como objeto da geografia é concebido [...] como uma abstração, uma construção teórica, uma categoria de análise que permite apreender a dimensão da espacialidade das/nas coisas do mundo. O espaço geográfico é, desse modo, construído intelectualmente como um produto social e histórico, que se constitui em ferramenta que permite analisar a realidade” (CAVALCANTI, 2011 p. 195)

Nesta perspectiva, o espaço é produto da sociedade, das relações reais dessa sociedade com a natureza num processo dialético identificável em certos momentos (CARLOS, 2002). Assim sendo, o espaço não é “coisa”, ou somente absoluto, fixo (pois poderia ser confundido com os próprios objetos geográficos) e não se esgota na materialidade, sua compreensão se dá

por meio da abstração intelectual que, ao seu tempo, pode ser usada para a própria compreensão da realidade dada e sua transformação. Harvey (2012) chama atenção para a importância do caráter relacional a respeito do espaço ao dizer:

Processos não ocorrem *no* espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo. (HARVEY, 2012, p. 12, grifo do autor)

Dessa maneira o espaço além de uma categoria analítica poderosa é, também, uma ferramenta formidável que faz parte das transformações sociais (espacializadas) e do próprio homem; não diferente é este mesmo espaço que está na gênese dos territórios e lugares, além de, igualmente, desempenhar “[...] um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (LEFÉBVRE, 1976, p. 25).

Assim sendo, o espaço é aqui visto como influenciador no processo de constituição das relações sociais e de sua evolução e sendo, ao seu tempo, influenciado e movimentado pela sociedade.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977, p. 6)

Partindo desse entendimento apreende-se que o espaço pode conter em si elementos e/ou fatores que condizem com as necessidades que o autor citou, e acrescento as de ordem simbólico-cultural por entender que fazem parte, em certa medida, da totalidade do espaço. Dessa maneira, um espaço pode ser produto de uma totalidade separatória, segregadora, que faz distinções, em conformidade com a luta de classes impostas a este num determinado tempo. Por outro lado, partindo do mesmo pressuposto, o espaço pode ser possibilidade (pois contém em seu movimento próprio certa autonomia) de construção de outra lógica comprometida com o desenvolvimento amplo do próprio homem e da justiça social.

O espaço pode influenciar, ser influenciado, determinar e ser determinado, está em constante evolução no seio de uma sociedade, igualmente em movimento, mesmo que aparente muitas vezes está “estacionada”; assim, o espaço está sempre em movimento. Isso nos permite imaginar sempre uma sociedade diferente do que era em tempo pretérito, mesmo que algumas essências (sociais) insistam em permanecer nas estruturas (que têm maior duração) e aparentem dar a impressão de sociedade “parada”. Assim sendo, a evolução

permite também espaços diferenciados ao longo do tempo. As mudanças no interior de uma sociedade não se dão de forma harmoniosa, havendo sempre o conflito em diferentes escalas, em diferentes lugares, afinal a sociedade não é um bloco monolítico, ao contrário é prenhe de conteúdos diferenciados dos diversos grupos e dos espaços por estes produzidos.

A fim de aproximação do espaço, sem (des)necessariamente defini-lo ou exaustá-lo (como se assim fosse possível), cabe estreitar ainda mais a ideia e clarificá-lo, para tal admite-se que, mesmo entendendo o espaço como produto e produtor da sociedade e de relações específicas e diferenciadas, respectivamente; o espaço está “aberto” em um processo contínuo *de vir a ser* (MASSEY; KEYNES, 2004).

Parto do pressuposto que o movimento da sociedade e o movimento do espaço permitem haver sempre uma fenda que possibilita a compreensão de que sociedade e suas relações com o espaço são inseparáveis, mas ao mesmo tempo o espaço não é inteiramente finalizado por estas relações, muito menos é a própria sociedade. O espaço é ilimitado e possui certa autonomia; não havendo, dessa maneira, um espaço final e acabado, mas sempre um recorte diferencial no/do espaço em tempos distintos.

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instancias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia [...] (SANTOS, 1978, p. 145)

Dessa maneira,

[...] o espaço é produto das relações-entre-relações que são práticas materiais necessariamente embutidas *que precisam ser efetivadas*, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito – nunca está finalizado, nunca se encontra fechado (MASEEY; KEYNES, 2004, p. 8)

Assim sendo,

[...] o espaço não é mais o domínio do que está morto [...], nem simplesmente um corte horizontal através do tempo, nem uma dimensão cuja especificidade fica persistentemente oclusa ao ser lida em termos de temporalidade [...]. Mais apropriadamente, o espaço se expressa agora como parte (e uma parte necessária) da geração e da produção do novo. Em outras palavras, a questão aqui não é a ênfase somente na produção *do* espaço, mas o próprio espaço como integrante *na* produção da sociedade. Indubitavelmente, o argumento é que se nós queremos que o tempo (o futuro) seja aberto [...] então *precisamos* conceitualizar o espaço desta forma, isto é, como um espaço inteiramente aberto e ativo. (MASEEY, KEYNES, 2004, p. 13)

É partindo, mais especificamente, da ideia de um espaço “não finalizado” que o tempo assumirá, na presente análise, importância, o que não nega o caráter temporal em Harvey (2012). Fica claro que no decorrer da história haverá sempre possibilidades inatingíveis em sua totalidade, isto é, haverá sempre uma fissura que não impede de forma alguma a (re)produção do espaço e da sociedade e suas (inter)relações, contudo possibilita certa

autonomia a essas estruturas. Isso significa dizer que não existe projeto de sociedade totalizante, derradeiro e haverá sempre a possibilidade de mudanças. Todavia isto de maneira alguma deve nos impedir de buscar constantemente a evolução da sociedade e do próprio homem.

Finalmente, tendo em vista o movimento do espaço, entendo sua definição em característica de finalizá-lo, de estar pronto e acabado, como sendo uma tarefa impossível. Isto não quer dizer que o espaço esteja desprendido da totalidade, apenas que seu movimento é o mais importante em detrimento à sua precisão.

### **DAS NOÇÕES À PRÁXIS AUTÔNOMA COTIDIANA**

Ao falar sobre *práxis* e autonomia, trato, respectivamente, da ação (social) e de certo tipo de poder, em sua plenitude, que pode vir a ter um grupo sócio-territorial. Um grupo concebe, mesmo que involuntariamente, noções de (seu) espaço, de uma espacialidade na qual suas ações e relações estão profundamente vinculadas. A vida em sociedade e as ações, das mais simples às mais complexas que envolvem certa totalidade da organização do viver, acontecem sempre localizadas e produzem continuamente espaço(s).

Os espaços são inteligíveis de diferentes formas pelos indivíduos e esse “acesso” ao espaço não necessariamente se dá pela via empírica, da experiência, todavia pode acontecer também por meio de uma simples ideia, abstração que pode ser alcançada por um todo complexo de consciência. As duas formas são completamente distintas e o que as liga, de certa maneira, é o próprio espaço como objeto em questão. O que estará sempre ao redor dessas formas (e do próprio espaço) são as mais variadas noções que se pode ter. As noções são ideias sobre algo que não passaram por um tratamento sistemático de consciência, são vagas (SOUZA, 2013). Sem deixar o espaço para trás, cabe buscar no conceito de lugar, auxílio para entender o protagonismo que o espaço tem no que estou chamando de autonomia cotidiana. Assim sendo, neste momento, a expressão material do espaço assume posição, como espaço de experiências, pois se aproxima agora de *onde* acontecem os lugares (mesmo que os lugares não estejam circunscritos totalmente ao espaço fixo).

Aqui o lugar é entendido como um espaço com certo significado, um espaço vivido (SOUZA, 2013), experienciado e que, empiricamente, “está mais próximo ao indivíduo” pelas práticas (que não deixam de ser sociais e espaciais) do seu cotidiano, me refiro ao lugar de trabalho, ao lugar de lazer, de descansar etc., ou seja, o local onde tais práticas e relações se reproduzem. Penso que é por meio de um olhar atento ao lugar como *lócus* da realidade vivida, das necessidades do homem e sua satisfação que encontraremos de forma mais clara

sua felicidade e miséria, pois trata-se de onde sua vida acontece. Nas palavras de Silveira (2006) “a sociedade só se realiza no espaço. O mundo só existe nos lugares, pois a história se constrói nos lugares” (p. 88).

As noções espaciais são, elementarmente falando, ideias sobre qualquer espaço, compostas de uma ideia básica e vaga de espaço, em primeira aproximação, geralmente atrelando o espaço à porção terrestre, como um dado final no qual não caberiam novas ordens. Ao seu tempo, as noções serão sempre as ideias despreocupadas, vagas, não operacionalizantes e mais frequentemente aparecerão sem haver um esforço de sistematização, isto é, são ideias aceitas, inclusive de dada ordem (espacial) sem questionamentos, ou pensamento crítico e tentativa de superação, avanço.

A todo o tempo estamos envolvidos em noções sobre qualquer coisa e criando nossas próprias noções; quanto ao espaço, estamos corriqueiramente em contato com sua expressão material, sua apresentação comumente basta sem que façamos qualquer crítica sobre sua essência e sobre os tais fatores invisíveis que dele fazem parte e o são. Isto porque são apenas noções. Aqui reside um ponto importante: a apropriação dos espaços, contemplando uma ordem social justa, para a satisfação das necessidades materiais e imateriais de um grupo social, a mera noção de espaço basta? Insistirei em admitir que uma simples noção é tão necessária quanto involuntária e, ao mesmo tempo, insuficiente; pois significará sempre uma espécie de afastamento do espaço, como se dele não fosse possível qualquer tipo de controle, determinação ou dele não o fizessem parte.

Ao pensar a práxis, a qual Souza (2013) trata, acredito haver também outras práxis vigente (esta com mais robustez) em conformidade com o atual período histórico e evolutivo do modo de produção capitalista e da luta de classes travada em seu cerne. Diz respeito à ações “dos de baixos” e “dos de cima”, mandados e os mandatários, daqueles que, comumente, obedecem dada ordem (social e espacial) sem conscientemente se questionarem sobre suas ações, como se tivessem um véu causando cegueira e, por outro lado, aqueles que, frequentemente, determinam em boa parte tal ordem, possuem certo poder e têm sido capazes de possibilitar sua autossatisfação e de forma vertical têm participado na produção de uma realidade social desigual, e por que não falar também em um espaço desigual e sistematicamente diferenciado? Isto é, a constituição de um poder heterônomo através das práticas dirigidas pelas classes dominantes (SOUZA, 2013).



Corrêa (2012) traz a luz e ajuda no entendimento da diferenciação espacial ao tratar das práticas sociais<sup>4</sup> que “são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CORRÊA, 2012, p. 35). Entendo tais práticas, evidenciadas por este autor, como sendo uma práxis em conformidade com o modo de produção capitalista e que evidencia a ação de agentes capitalistas como bem lembra Souza (2013).

A título de exemplificação tomarei a antecipação espacial como uma prática que nos ajuda a pensar na práxis vigente e o poder heterônomo, comumente à ela atrelado; a antecipação espacial consiste em “antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade” (CORRÊA, 2012, p. 39). Esta é uma prática espacial fácil de encontrar nas capitais brasileiras, podendo-se citar o exemplo de Goiânia em que, desde sua fundação, há a larga atuação de imobiliárias na organização de grandes porções do espaço na cidade, agindo através de compras de áreas de baixo valor e que, em seguida, “misteriosamente” em tais áreas o poder público constrói parques, o que provoca um salto no valor dos imóveis em benefício direto a empresa. Goiânia é, atualmente, uma das capitais que mais possui parques.

Tomando o exemplo dado, penso que os parques, neste caso, são espaços criados com a finalidade primordial de agregação de valor às áreas a serem comercializadas, uma prática de antecipação das imobiliárias com ajuda do Estado. Evidência de uma prática comum e dominante, da qual esta é apenas um exemplo. Em outro exemplo referente a esse tipo de prática predominante está em um projeto atual de “revitalização” do mercado Ver-o-peso na cidade de Belém no intento de efetivar uma reestruturação daquele espaço e, conseqüentemente, sua refuncionalização, isto é, uma alteração muito significativa em sua estrutura e novas atribuições e funções àquele espaço (SOUZA, 2013). Trata-se de um projeto verticalizado que ilumina os caminhos de uma decisão política, sem a participação efetiva dos comerciantes que ali trabalham, marginalizando as práticas sociais efervescentes dos grupos que se reproduzem e compõe aquele espaço. É comum ouvir dos que ali dispendem horas do seu dia que “o espaço está abandonado pelo governo”, o que é facilmente comprovado em um breve passeio pelo mercado. Penso que estes dois exemplos evidenciam duas faces da mesma moeda, de uma prática dominante de interesse comercial que parte de empresas e são facilitadas pelo Estado, para destacar um exemplo do que acontece no capitalismo.

---

<sup>4</sup> Para Corrêa (2012) as práticas sociais são as seguintes: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

Diante de tudo isso, penso que existe uma dependência entre as classes no capitalismo que se reflete no espaço, no lugar e no cotidiano. Esta dependência advém de um impedimento de autonomia dos “de baixo” que muito pouco conseguem se apropriar e governar os lugares nos quais suas próprias vidas se reproduzem. A autonomia é “singelamente, o poder de uma coletividade se reger por si própria, por leis próprias” (SOUZA, 2012, p. 105). Entendo que não há, portanto, um desenvolvimento social pleno nesse sentido, uma vez que a coletividade menos favorecida (econômica e politicamente) é impedida desse exercício, ou seja, não exerce um poder pleno sobre os lugares, isto é, não têm autonomia.

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis (CASTORIADIS, 1983, p. 22)

Somente partindo da autonomia e da liberdade é possível admitir a existência de práticas espaciais igualmente autônomas e preenchidas da vontade e de consenso (do poder) dos grupos sócio-territoriais por meio de suas ações que refletem no lugar de onde estas emanam, o ponto nodal. Nesse sentido, afloram movimentos específicos com pautas diferenciadas em projeções e ações efetivas de tomada de espaços tanto na cidade como no campo. São exemplos destes movimentos: “Se a cidade fosse nossa”, projeto político que começa, como o próprio nome já sugere, pensar a cidade (trata-se da cidade de Goiânia) acessível a todos, no qual os espaços públicos possam ser apropriados especialmente pelos menos favorecidos e socialmente injustiçados; outro exemplo é o Movimento Sem Terra que há décadas tem ocupado efetivamente espaços no campo e tem lutado em prol da reforma agrária no país.

Nesse sentido, pensar nessa autonomia é radicalizar o poder e no mínimo concretizar a participação popular nos processos decisórios que dizem respeito a todos e ao espaço ao qual estão ligados e no qual a sociedade faz sentido. É amplificar o poder autônomo a quase o ponto de banalizá-lo, apropriado pelos grupos e reproduzido cotidianamente, naturalizando-se entre as estruturas existentes e as novas estruturas da sociedade. O cotidiano aqui é tomado a partir dessa naturalização da *práxis*, das ações mais banais e próximas aos indivíduos seguindo a uma lógica dos grupos em consonância com seu exercício autônomo. Dessa maneira, o cotidiano vai além da mera repetição e se faz no movimento da *práxis* imprescindivelmente ligada aos lugares.

O espaço assume grande importância, na escala dos lugares, onde a vida acontece e onde há o choque das práticas hegemônicas e não hegemônicas. É pensar o espaço como *possibilidade* do novo, que tem em seu cerne esta autonomia que se dá no cotidiano. Um projeto para o futuro que congrega a reprodução material e imaterial de cada grupo, num movimento perpétuo da sociedade e do próprio espaço.

[...] só é possível o projeto conhecendo a realidade, o particular, o lugar, mas sabendo ao mesmo tempo que o futuro, isto é, o universal, o não realizado, o mundo, é um conjunto de possibilidades. Portanto, o futuro não é obrigatoriamente a reprodução do presente, uma vez que reserva um conjunto de possibilidades (Santos, 1996a; Santos, 1996b) e reserva também aos atores um conjunto de escolhas; cada um escolhendo segundo o seu poder, segundo a sua situação concreta. (SILVEIRA, 2006, p. 87)

A partir da *práxis* autônoma cotidiana, ou seja, aquela que se realiza nos lugares e na qual as pessoas são o elemento central, é possível pensar em outra realidade com dimensão sócio material à moda de sua *práxis*, que por sua vez, sendo este próprio movimento “produtor do espaço”, realiza, portanto um tipo próprio de espaço e seu uso. Está circunscrita à *práxis* a concepção de um espaço em evolução pensado e gerido a partir de uma ação crítica sobre cada lugar. Trata-se, pois, do fazer a partir do lugar ao qual se pertence, do espaço que faz sentido estar e ser, e que só é possível no cerne das relações ao qual se está submetido e o é, de certa forma, submetido individual ou coletivamente.

Finalmente, diz respeito à concepção de um espaço como ponto de autonomia, mais especificamente, como ponto de uma *práxis* autônoma que faz sentido na espacialidade do lugar e no cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Admitir o espaço como ponto nodal no qual é possível o estabelecimento de uma *práxis* autônoma, em contrapartida à noção de desenvolvimento da lógica econômica imposta aos lugares pelo modo de produção atual, é sem dúvidas um desafio à realização, assim como é um desafio o estabelecimento de qualquer perspectiva que não diz respeito à dinâmica espacial e produtiva da lógica hegemônica. A atualidade tem evidenciado grandes movimentos do capitalismo e sua atuação expropriante das pessoas e dos espaços, assim como há grandes e diversificados movimentos reproduzindo práticas que se enquadram, no mínimo, como reivindicadoras, afluindo certa insurgência no interior do capitalismo.

Acredito haver, especialmente no momento atual, uma importância grande do espaço, assumindo crescentemente uma centralidade no tocante às relações e as práticas sociais. Dessa maneira, é necessário ir além das noções e assumir o controle e praticar autonomamente a reprodução dos lugares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, A. F.A. **A Geografia Brasileira, hoje:** algumas reflexões. Terra Livre, São Paulo, Ano. 18, v. I, nº 18, p. 161 – 178, jan. – jun./ 2002
- CASTORIADIS, C. **Socialismo ou Barbárie.** O conteúdo do socialismo. São Paulo, Brasiliense, 1983
- CAVALCANTI, L. **Ensinar Geografia para a autonomia do pensamento:** o desafio de superar dualismos pelo pensamento teórico crítico. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1 (edição especial), p. 193-203, out. 2011
- CORRÊA, R. L. **Espaço, um conceito-chave da geografia.** In. CASTRO, I. et al. Geografia: conceitos e temas – 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012
- HARVEY, D. **O espaço como palavra-chave.** GEOgraphia, vol. 14, n. 28. p. 08-39. 2012
- LEFÉBVRE, H. **Espacio y Política.** Barcelona, Ediciones Peninsula, 1976
- MASSEY, D; KEYNES, M. **Filosofia e política da espacialidade:** algumas considerações. GEOgraphia – Ano. 6 – Nº 12, 2004
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo, Hucitec, 1978
- \_\_\_\_\_. **O espaço geográfico como categoria filosófica.** Terra Livre, n. 5. P. 9-20, 1988
- \_\_\_\_\_. **Sociedade e Espaço:** formação espacial como teoria e como método. Antipode, n. 1, vol. 9, jan./fev. 1977
- SILVEIRA, M. L. **O espaço geográfico:** da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 81 – 91, 2006
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial,** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013